

O que é o “desmonte”

BRASÍLIA — A Operação Desmonte foi a resposta do governo federal ao corte nas receitas de impostos da União, promovido pela Assembleia Constituinte do capítulo do sistema tributário da nova Constituição. A união vai perder para Estados e municípios 17% de suas receitas, já no momento da promulgação da Carta, e esse percentual vai subir gradualmente até atingir 23% em 1992.

Ao mesmo tempo, dizem os ministros da Fazenda e do Planejamento, a Constituinte não previu a transferência dos encargos em percentual equivalente, e ainda criou novas despesas para o governo central, o que teria tornado inevitável o “desmonte” de parte do orçamento geral da União. Os assessores do governo dizem que a Constituinte repassou para os Estados e municípios apenas encargos de pouca importância, com exceção do ensino de segundo grau.

A prioridade no desmonte são as dotações que o governo federal destina a Estados e municípios, através de programas de infraestrutura urbana, alimentação e outros, os chamados programas sociais. Os técnicos federais argumentam que os Estados e municípios já vão receber esses recursos diretamente dentro da nova distribuição de receitas tributárias. O constituinte Francisco Dornelles acusa o governo federal de se ressentir da perda do poder político sobre os governadores e prefeitos.